

PROJETO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS AÇÕES EXTERNAS DA UNIÃO EUROPEIA

N.º Zambezi_TH_Equipa .../...

FINANCIADO PELO PROJECTO VAMAZ DIGITAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA
01/2023/VaMoz Digital/AICS NDICI Africa/2023/442-998 LOT 1

<Nome e endereço da entidade adjudicante>]

(«a entidade adjudicante»),

por um lado,

com

<Nome oficial completo < do contratante>

[<[Estatuto jurídico/função]>]¹

[<Número de registo oficial>]²

<Endereço oficial completo>

[<Número do IVA >],³

(«o contratante»)

por outro,

acordaram no seguinte:

PROJETO <Título e referência na convenção/decisão de financiamento>

TÍTULO DO CONTRATO <designação do contrato>

Número de identificação <referência de publicação>

(1) Domínio

- 1.1 O presente contrato tem por objeto <designação do contrato> feito [em] [em] <local> com o número de identificação <referência de publicação> («os serviços»).
- 1.2 O contratante desempenhará as tarefas que lhe foram atribuídas em conformidade com as condições de referência que figuram em anexo ao contrato (anexo II).

(2) Valor do contrato

[Opção 1: Contrato baseado em honorários (contratos de assistência técnica)]

¹ Se a parte no contrato for uma pessoa singular.

² Se aplicável. Para as pessoas singulares, indicar o n.º do cartão de cidadão ou de passaporte ou número de documento equivalente.

³ Exceto se a parte no contrato não estiver registada para efeitos de IVA.

O presente contrato, estabelecido em [EUR] [<moeda nacional> unicamente no caso de gestão indireta], é um contrato baseado em honorários. Com base nos montantes máximos dos honorários [montante fixo], bem como nas despesas acessórias e na provisão para verificação das despesas prevista no anexo V, o valor máximo do contrato é <montante>[EUR] [<moeda nacional> unicamente no caso da gestão indireta].]

[Opção 2: Contratos por preço global (estudos e outros contratos baseados nos resultados)]

O presente contrato, estabelecido em [EUR] [<moeda nacional> unicamente no caso de gestão indireta], é um contrato por preço global. O valor do contrato é <montante>[EUR] [<moeda nacional> unicamente no caso da gestão indireta].]

(3) Ordem de precedência dos documentos do contrato

Os documentos abaixo indicados fazem parte integrante do presente contrato, devendo ser lidos e interpretados como tal, de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- o contrato;
- as condições especiais;
- as condições gerais (anexo I);
- as condições de referência [incluindo os esclarecimentos antes da data-limite de apresentação das propostas, bem como as atas da reunião de informação/visita ao local] (anexo II)
- a organização e metodologia [incluindo os esclarecimentos prestados pelo proponente no decurso do processo de avaliação] (anexo III);
- [Peritos principais (anexo IV) Para contratos que exigem peritos principais)];
- O orçamento [unicamente para contratos baseados em honorários: repartição] (anexo V);
- formulários e outros documentos pertinentes (anexo VI));

[Relativamente apenas a contratos baseados em honorários:

- Relatório sobre as verificações factuais e condições de referência para uma verificação das despesas)] (anexo VII)]

Os diferentes documentos que constituem o contrato devem ser considerados reciprocamente elucidativos; em caso de ambiguidade ou de divergência, prevalecem na ordem de precedência acima indicada. As adendas têm a ordem de precedência do documento que alteram.

(4) Língua do contrato

A língua do contrato e de todas as comunicações escritas entre o contratante e a entidade adjudicante e/ou o gestor do projeto é a língua portuguesa.

(5) Outras condições específicas aplicáveis ao contrato

Para a gestão direta, inserir o seguinte:

[Para efeitos do artigo 42.º das condições gerais,

- (a) [Para a DG INTPA, o responsável pelo tratamento dos dados é o chefe da unidade dos assuntos jurídicos da DG Parcerias Internacionais]

[Para a DG NEAR, o responsável pelo tratamento dos dados é o chefe da unidade R4 (contratos e finanças) da DG Política de Vizinhança e Negociações de Alargamento]

[Para qualquer outra DG o responsável pelo tratamento dos dados é <inserir a função do seu responsável pelo tratamento>.]

- (b) a declaração relativa à proteção de dados está disponível em [https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA\(Ch.2\):Aspetosgerais](https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA(Ch.2):Aspetosgerais)

Em caso de gestão indireta, inserir o seguinte:

[Para efeitos do artigo 42.º das condições gerais, relativamente à parte dos dados transferidos pela entidade adjudicante para a Comissão Europeia:

a) O responsável pelo tratamento de dados pessoais efetuado na Comissão é:

[Para a DG INTPA, o chefe da unidade dos assuntos jurídicos da DG Parcerias Internacionais]

[Para a DG NEAR, o chefe da unidade R4 (contratos e finanças) da DG Política de Vizinhança e Negociações de Alargamento]

[Para qualquer outra DG, <acrescentar a função do seu responsável pelo tratamento>.]

- b) A declaração relativa à proteção de dados está disponível em [https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA\(Ch.2\):Aspetosgerais](https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA(Ch.2):Aspetosgerais).

[Se necessário, mediante aprovação prévia/derrogação por parte dos serviços competentes:

As seguintes condições são aplicáveis ao contrato:

Em derrogação do disposto no artigo ...]

Redigido em português, em [dois] [três] originais, [No caso de gestão direta: [um] [dois] originais para a Comissão Europeia] [No caso de gestão direta: um original para a entidade adjudicante, um original para a Comissão Europeia], e um original para o contratante.

Pelo contratante

Pela entidade adjudicante

Nome:

Nome:

Função:

Função:

Assinatura:

Assinatura:

Data:

Data:

[No caso de gestão indireta com controlos *ex ante* se a Comissão Europeia efetuar os pagamentos a título do contrato:

CONDIÇÕES ESPECIAIS

As presentes condições desenvolvem e completam as condições gerais aplicáveis ao contrato. Salvo disposição em contrário das presentes condições especiais, as condições gerais acima referidas mantêm-se integralmente aplicáveis. Os artigos das condições especiais não são numerados consecutivamente, antes seguindo a numeração das condições gerais. Em casos excepcionais, mediante aprovação prévia dos serviços competentes da Comissão Europeia, podem ser inseridas outras cláusulas destinadas a contemplar situações específicas.

Como preencher as presentes condições especiais:

Os espaços entre <...> devem ser completados com as informações pertinentes para as condições especiais. Os termos entre parênteses retos [] devem ser incluídos apenas se forem pertinentes. Os parágrafos sombreados a cinzento só devem ser alterados em casos excepcionais, em função dos requisitos dos processos de concurso em causa.

É de notar que as condições especiais autorizam determinadas derrogações às condições gerais. O recurso a derrogações adicionais às condições gerais exige a concessão de uma derrogação pelos serviços competentes da Comissão Europeia.

Apagar o presente parágrafo e todos os parênteses [] e < > na versão final das condições especiais.

Artigo 2.º Comunicações

2.1 <Indicar aqui as pessoas de contacto, os endereços das partes, os seus outros dados de contacto, os documentos a fornecer e o procedimento a utilizar pelas partes para a comunicação.>

2.2 A entidade adjudicante e o contratante deverão utilizar um sistema eletrónico em todas as fases da implementação, incluindo, nomeadamente, a gestão do contrato (alterações e ordens administrativas), comunicação (incluindo relatórios de resultados) e pagamentos. O contratante deverá registar-se e utilizar o sistema eletrónico de intercâmbio apropriado para permitir a gestão eletrónica do contrato. No que diz respeito aos relatórios intercalares e aos relatórios finais, se forem exigidos em conformidade com o artigo 26.º ou com as condições de referência, o contratante deverá usar os formulários no sistema eletrónico para introduzir e enviar os relatórios.

A gestão eletrónica de um contrato através do sistema acima referido pode começar na data de início da implementação do contrato, conforme descrito no artigo 19.º infra, ou numa data posterior. Neste último caso, a entidade adjudicante deverá informar o contratante por escrito que este deverá utilizar o sistema eletrónico para todas as comunicações dentro de, no máximo, um período de 3 meses.

Artigo 4.º Subcontratação

4.9 [FED unicamente:

Na escolha dos subcontratantes, e/ou de outros contratantes independentes, de uma país elegível, será dada preferência a pessoas singulares, sociedades ou empresas de Estados ACP com capacidade para executar as tarefas necessárias em condições semelhantes.]

Artigo 7.º Obrigações gerais

7.8 <Indicar as atividades específicas a implementar pelo contratante para dar cumprimento às suas obrigações mínimas em matéria de visibilidade e, se for caso disso, quaisquer outras atividades de comunicação acordadas pela Comissão Europeia. Essas medidas devem ser conformes com os mais recentes requisitos de comunicação e visibilidade das ações externas da União Europeia, elaborados e publicados pela Comissão Europeia.>

Artigo 12.º - Responsabilidade

- 12.2 <Especificar aqui os requisitos específicos em matéria de responsabilidade por danos causados à entidade adjudicante> [Para contratos de montante superior a um milhão de EUR: em determinados casos os contratantes podem causar danos de um montante muito superior ao valor do contrato. Isto é especialmente verdade quando o contrato de serviços está ligado a outro contrato e em que o risco financeiro é elevado. Segue-se uma lista não exaustiva de casos: conceção ou supervisão de obras, avaliação, auditoria, elaboração das condições de referência/especificações técnicas/orçamentos-programa. Se considerar necessário fixar um limite mais elevado do que o referido nas condições gerais, inserir a cláusula seguinte:

«Em derrogação do disposto no artigo 12.2, segundo parágrafo, das condições gerais, a compensação por danos imputável à responsabilidade do contratante perante a entidade adjudicante limita-se a um montante equivalente a <indicar um montante que pode ser um múltiplo do valor do contrato>.»]

[No que respeita a contratos de montante inferior a um milhão de EUR: em determinados casos, o facto de se limitar a responsabilidade dos contratantes a um milhão de EUR pode ser desproporcional em relação ao conteúdo do contrato. Isto é especialmente verdade quando o risco financeiro é reduzido, por exemplo para a prestação de assistência técnica ou a realização de estudos. Se considerar necessário fixar um limite inferior ao referido nas condições gerais, inserir a cláusula seguinte:

«Em derrogação do disposto no artigo 12.2, segundo parágrafo, das condições gerais, a compensação por danos imputável à responsabilidade do contratante perante a entidade adjudicante limita-se a um montante equivalente a <indicar um montante compreendido entre o valor do contrato e um milhão de EUR>.’]

Artigo 13.º - Seguro

- 13.2 a) <Indicar aqui os requisitos específicos relativos ao momento em que deve ser fornecida a prova da subscrição de um seguro adequado > [Se considerar necessário alterar, de outra forma, o momento em que devem ser cumpridos os requisitos relativos à prova da subscrição de um seguro, acrescentar a seguinte cláusula:

Em derrogação do disposto no artigo 13.2, alínea a), das condições gerais, [indicar quando é que], o contratante deve garantir que ele próprio, o seu pessoal, os seus subcontratantes e qualquer pessoa pela qual ele seja responsável, estão cobertos de forma adequada por seguradoras reconhecidas no mercado de seguros internacional, a menos que a entidade adjudicante tenha dado o seu consentimento escrito expresso relativamente a uma seguradora específica.]

- 13.2 b) Primeiro parágrafo <Indicar aqui os requisitos específicos sobre o momento em que devem ser cumpridos os requisitos de comunicação das notas de cobertura e/ou certificados de seguro> [Se considerar necessário alterar, de outra forma, o momento em que as notas de cobertura e/ou os certificados de seguro devem ser comunicados, acrescentar a seguinte cláusula:

Em derrogação do disposto no artigo 13.2, alínea b), primeiro parágrafo, das condições gerais, [indicar quando é que] o contratante deve facultar à entidade adjudicante todas as

notas de cobertura e/ou os certificados de seguro que atestem que as suas obrigações em matéria de seguro são plenamente respeitadas.].

Artigo 19.º Implementação das tarefas e prazos

19.1 [A implementação do presente contrato tem início em <data/data da assinatura do contrato pelas duas partes.>]

[A implementação do presente contrato tem início no prazo de 3 meses a contar da data da sua assinatura pelas duas partes, sendo estabelecida numa comunicação administrativa do gestor do projeto.]

19.2 O período para a implementação das tarefas é de <número> meses a contar da data de início.

Artigo 26.º Relatórios intercalares e relatório final

O contratante apresentará os relatórios de progresso indicados nas condições de referência.

Artigo 27.º Aprovação dos relatórios e dos documentos

27.5 [No caso de contratos em regime de gestão indireta ao abrigo do orçamento geral da União relativamente aos quais tenha sido assinada uma convenção de financiamento antes de 1.1.2013 e no que respeita aos 10.º e 11.º FED:

No prazo de 45 dias a contar da receção dos relatórios e documentos, a entidade adjudicante notifica o contratante da sua decisão relativamente aos mesmos, fundamentando a sua decisão em caso de rejeição ou de pedido de introdução de alterações. Caso a entidade adjudicante não formule observações sobre os documentos ou relatórios dentro do prazo fixado, o contratante pode solicitar a sua aprovação por escrito. De qualquer modo, considera-se que os documentos ou relatórios foram aprovados pela entidade adjudicante se esta não comunicar expressamente ao contratante eventuais observações no prazo de 45 dias a contar da receção desses documentos ou relatórios.].

Artigo 28.º Verificação das despesas

28.2 [Contrato baseado em honorários A(s) verificação(ões) das despesas referida(s) nas condições gerais devem ser efetuadas por <nome, endereço, n.ºs de telefone e fax>.]

Artigo 29.º Pagamento e juros de mora

29.1 Os pagamentos devem ser efetuados do seguinte modo:

Opção 1: Contrato baseado em honorários

Mês		[EUR] [<código ISO da moeda nacional> unicamente para gestão indireta]
1	Pré-financiamento máximo ⁴	<Montante máximo> <X> % ⁵

⁴ O contratante não é obrigado a solicitar pré-financiamento.

⁵ Máximo de 20 % do valor máximo do contrato.

Semestral	Pagamentos intercalares	<Montante (saldo do pré-financiamento e saldo previsional)>
<Mês número>	Saldo previsional	10 % do valor máximo do contrato
	Total	<Valor máximo do contrato>

Os montantes reais a pagar após o primeiro pagamento de pré-financiamento podem variar. Serão calculados com base nas faturas do contratante, acompanhadas do relatório intercalar e do relatório sobre a verificação das despesas, sob reserva da aprovação desses relatórios, em conformidade com o artigo 27.º das condições gerais.

A soma dos pagamentos referentes às faturas intercalares não pode exceder 90 % do valor máximo do valor do contrato estipulado no artigo 2.º do contrato. O pagamento do saldo do valor final do contrato, sob reserva do valor máximo do contrato previsto no respetivo artigo 2.º, será efetuado, após dedução dos montantes já pagos, no prazo de 90 dias a contar da receção pela entidade adjudicante de uma fatura acompanhada do relatório final sobre os progressos realizados e de um relatório final de verificação das despesas, com a verificação das despesas e as despesas acessórias efetivamente incorridas durante o período em questão, sob reserva da aprovação desses relatórios.]

Opção 2: Contrato por preço global

Mês		[EUR] [<código ISO da moeda nacional> unicamente para gestão indireta]
1	Pré-financiamento máximo⁶	<Máximo de 40 % do valor do contrat>
<Mês/ano número>	[Se aplicável: Pagamentos intercalares]	<X % do valor do contrato>
<Mês/ano número>	Balanço	<Máximo de 60 % do valor do contrato>
	Total	<Valor total do contrato>

[Contrato em regime de gestão indireta financiado pelo orçamento geral da União unicamente: A título de derrogação, o pagamento ao contratante dos montantes devidos a título de pagamentos intercalares e finais deve ser efetuado no prazo de 90 dias após a receção da fatura e dos relatórios pela entidade adjudicante, sob reserva da aprovação desses relatórios em conformidade com o artigo 27.º das condições gerais.]

[Contratos ao abrigo do 10.º FED unicamente: A título de derrogação, o pagamento do pré-financiamento deve ser efetuado no prazo de 90 dias a contar da data de registo pela

⁶ O contratante não é obrigado a solicitar pré-financiamento.

entidade adjudicante de uma fatura admissível. O pagamento ao contratante dos montantes devidos a título de pagamentos intercalares e finais deve ser efetuado no prazo de 90 dias após a aprovação dos relatórios, em conformidade com o artigo 27.º das condições gerais, após receção pela entidade adjudicante de uma fatura admissível.]

[No caso de gestão indireta no âmbito do 11.º FED: unicamente nos casos em que a Comissão efetua pagamentos: A título de derrogação, o pagamento do pré-financiamento deve ser efetuado no prazo de 60 dias a contar da data de registo pela entidade adjudicante de uma fatura admissível. O pagamento ao contratante dos montantes devidos a título de pagamentos intercalares e finais deve ser efetuado no prazo de 90 dias após o registo da fatura admissível pela entidade adjudicante.]

29.3 [Em caso de gestão indireta

Em derrogação do artigo 29.3 das condições gerais, uma vez decorrido o prazo indicado no artigo 29.1, o contratante tem direito a receber, mediante pedido, juros de mora à taxa e relativamente ao período mencionado nas condições gerais. O pedido deve ser apresentado no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento em atraso.]

29.5 Os pagamentos serão efetuados em [EUR] [<moeda nacional> unicamente em gestão indireta], em conformidade com os artigos 20.6, e 29.4, das condições gerais, para a conta bancária comunicada pelo contratante à entidade adjudicante.

[Opcional: Em caso de gestão indireta com controlos *ex ante* e sempre que forem apresentadas faturas à entidade adjudicante, o contratante deve informar desse facto a Comissão Europeia no endereço <indicar o endereço da unidade responsável no caso de ser escolhida esta opção>, enviando-lhe uma cópia da correspondência.]

Artigo 30.º Garantia financeira

30.1 [Se o montante do pré-financiamento solicitado for igual ou inferior a 300 000 EUR e for objeto de uma avaliação de risco positivar⁷ por parte da entidade adjudicante, em derrogação do artigo 30.º das condições gerais, não é exigida uma garantia de pré-financiamento.]

Artigo 40.º Resolução de litígios

[Em caso de gestão direta:

40.4 Eventuais litígios que possam surgir ou resultar do presente contrato e que não possam ser resolvidos amigavelmente entre as partes são da competência exclusiva dos tribunais de Bruxelas, Bélgica.]

[Em caso de gestão indireta:

[Orçamento geral da União:

[40.4 Os litígios que possam surgir ou resultar do presente contrato que não possam ser resolvidos de outro modo são da competência exclusiva dos Tribunais de <indicar> em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante.]

OU

[40.4 Os litígios que possam surgir ou estar relacionados com o presente contrato que não possam ser resolvidos de outro modo serão dirimidos por arbitragem na <indicar a instância de arbitragem> em conformidade com as regras de arbitragem da [Câmara do Comércio Internacional] [Comissão das Nações Unidas Sobre o Direito do Comércio Internacional] [<outros procedimentos reconhecidos internacionalmente, a precisar>].]

⁷ Essa avaliação de risco é exigida, por exemplo, quando é adjudicado um contrato a uma empresa que não satisfaz, ela própria, os critérios de seleção, mas que recorre às capacidades de outra empresa.

[FED:

40.4 Os litígios que possam surgir ou resultar do presente contrato que não possam ser resolvidos de outro modo:

a) Se se tratar de um contrato nacional [serão resolvidos em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante]

b) Se se tratar de um contrato transnacional [quer:

(i) se as partes no contrato o aceitarem, serão resolvidos em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante ou com as suas práticas reconhecidas a nível internacional; ou

(ii) serão resolvidos com recurso à arbitragem, em conformidade com as regras processuais de conciliação e arbitragem aplicáveis aos contratos financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, adotadas pela Decisão n.º 3/90 do Conselho de Ministros ACP-CEE de 29 de março de 1990 (Jornal Oficial L 382 de 31.12.1990) Anexo A-12 do Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das ações externas da UE).] Anexar o anexo A12 do Guia Prático ao presente contrato.].]

[Facultativo para contratos adjudicados através de procedimentos por negociação a uma organização internacional que não pode participar em procedimentos concorrenciais nos termos dos seus estatutos ou ato constitutivo:

Artigo 40.º Resolução de litígios e Artigo 41.º Legislação aplicável

Os artigos 40.3, 40.4 e 41.1 das condições gerais são substituídos pelas seguintes disposições:

Caso não seja possível uma resolução amigável, as partes podem submeter a questão a arbitragem em conformidade com o Regulamento Facultativo de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem para os Estados e as Organizações Internacionais em vigor à data de celebração da presente convenção. A autoridade com poder de nomeação é o secretário-geral do Tribunal Permanente de Arbitragem, na sequência de um pedido escrito apresentado por qualquer das partes. A decisão do árbitro é vinculativa para todas as partes, não havendo possibilidade de recurso.].

Artigo 42.º Proteção de dados

[É inserido o seguinte texto para a gestão indireta]

[1. O tratamento de dados pessoais relacionados com a execução do contrato pela entidade adjudicante é efetuado em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante e com as disposições da respetiva convenção de financiamento.

2. Na medida em que o contrato contemple uma ação financiada pela União Europeia, a entidade adjudicante pode partilhar com a Comissão Europeia comunicações relacionadas com a execução do contrato. Estes intercâmbios com a Comissão serão feitos exclusivamente com o objetivo de permitir que esta última exerça os seus direitos e obrigações ao abrigo do quadro legislativo aplicável e da convenção de financiamento com o país parceiro – entidade adjudicante. Os intercâmbios podem incluir transferências de dados pessoais (como nomes, dados de contacto, assinaturas e CV) de pessoas singulares envolvidas na execução do contrato (como contratantes, pessoal, peritos, estagiários, subcontratantes, seguradoras, garantes, auditores e consultores jurídicos). Nos casos em que o contratante procede ao tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do contrato, deve informar os titulares dos dados da possível transmissão dos seus dados à Comissão. Nos casos em que os dados pessoais são transmitidos à Comissão, esta processa-os em

conformidade com o Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE⁸ e como indicado na declaração de privacidade publicada no ePRAG.]]

Artigo 43.º Disposições adicionais

<Acrescentar outras cláusulas aprovadas pelos serviços competentes da Comissão Europeia>

* * *

⁸ JO L 205 de 21.11.2018, p. 39